

COMUNICAÇÃO INTERNA

DESPACHO,

A Procuradoria Geral do Município,

ASSUNTO: Referente ao Procedimento Administrativo: 005/2020-SESA - PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2020-SESA.

Em atenção a regra contida no art. 49 da lei nº 8.666/93, encaminho para análise jurídica acerca da possibilidade de **Intenção de REVOGAÇÃO**, referente ao procedimento em epígrafe, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DIVERSOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CRATEÚS-CE.**

Inicialmente, cumpre-nos salientar que esta Secretaria supra, autorizou o Pregoeiro do Município de Crateús, a realização de procedimento administrativo de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por ter realizado planejamento quanto à necessidade do objeto a ser licitado.

Ocorre que durante a tramitação processual, ou seja, após passada determinadas fases de julgamento, como classificação das propostas e fase de lances, surgiu a necessidade de aquisição de uma demanda superior a licitada, e com isso, torna-se inviável contratar por meio do processo em tese, uma vez que o mais conveniente para esta Secretaria é a aquisição por meio de Registro de Preços, visto que além de atender a demanda inicialmente planejada, ficarão ainda quantidades disponíveis para esta Unidade Gestora realizar aquisições conforme necessidades.

Nesse caso, a revogação, prevista no art. 49 da Lei de Licitações, constitui a forma adequada de desfazer o procedimento licitatório tendo em vista a superveniência de razões de interesse público que fazem com que o procedimento licitatório, inicialmente pretendido, não seja mais CONVENIENTE e OPORTUNO para a Administração Pública.

Desta feita, diante da impossibilidade do prosseguimento, a revogação do certame torna-se obrigatória, haja vista ser uma das funções da Administração Pública resguardar o interesse público e o erário público de despesas comprovadamente onerosas.

Nos moldes do art. 38, inciso VI da Lei de Licitações nº. 8.666/93 e alterações posteriores, encaminhamos a esta assessoria, o presente despacho, para análise através de parecer jurídico acerca da sua possibilidade jurídica.

Crateús/CE, 18 de junho de 2020.



THIAGO VIANA DA SILVA
ORDENADOR DE DESPESAS DA SEC. DE SAÚDE





PARECER JURÍDICO

EMENTA: REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO E EDITAL. INTERESSE PÚBLICO. FUNDAMENTAÇÃO ART. 49 DA LEI 8.666/93. POSSIBILIDADE.

Trata-se de Parecer Jurídico solicitado pela Secretaria de SAÚDE do Município de Crateús, sobre o procedimento administrativo e edital de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2020-SESA, Processo Administrativo nº 005/2020-SESA, destinado a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DIVERSOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CRATEÚS-CE.

Em sua consulta a Unidade Administrativa faz questionamento a respeito da possibilidade de revogação do procedimento, com base no interesse público, uma vez que a mesma por razões de cunho administrativo, o processo se tornou inconveniente e inoportuno tendo em vista que não atende mais as necessidades e pelas razões expostas no termo de comunicação interna, datado de 18/06/2020.

Analisando os autos, observa-se que a licitação obedeceu aos ditames legais, sendo observadas as exigências contidas na Lei 8.666/93, Lei 10.024/2019, no tocante à modalidade e ao procedimento. Verifica-se que foram cumpridas as formalidades legais, tendo sido comprovada a devida publicidade do procedimento, a existência de dotação orçamentária, a realização de pesquisa de preços etc. Restando, portanto, obedecidos os pressupostos legais da Legislação pertinente. Razões pelas quais não há que se falar em ilegalidade, no sentido de respeito às formalidades procedimentais.

Desta feita, diante da impossibilidade do prosseguimento, a revogação do certame torna-se obrigatória, haja vista ser uma das funções da Administração Pública resguardar o interesse público e o erário público de despesas comprovadamente onerosas.

Com efeito, necessário fundamentar no posicionamento da Jurisprudência pátria e pela análise da previsão do art. 49 da Lei 8.666/93 a possibilidade da revogação do Procedimento Licitatório, com razão no interesse público, por ato da própria administração.

O art. 49 da Lei Federal 8.666/93, que trata da revogação do procedimento é de uma clareza exemplar no momento em que dispõe:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

In casu, versa-se sobre hipótese de ocorrência de fato superveniente, a ocorrência de necessidade de aquisição de uma demanda superior a licitada, e com isso, torna-se inviável contratar por meio do processo em tese, uma vez que o mais conveniente para esta Secretaria é a aquisição por meio de Registro de Preços. Tratando-se ainda de fato pertinente e suficiente para justificar a revogação da licitação pela administração, com fundamento no interesse público primário, consubstanciado na preservação do interesse público e na inviabilidade técnica do prosseguimento do certame, apontada no despacho inicial/comunicação interna da secretaria. Portanto, atendidos os requisitos do artigo supracitado.

De mais a mais, a Administração Pública tem o poder-dever, com ou sem provocação, de anular/revogar o ato administrativo, sem que isso se constitua em ato de ilegalidade ou abuso de poder, lição assentada pelo STF no enunciado das Súmulas 346 e 473. Senão vejamos:

STF Súmula nº 346 - Administração Pública - Declaração da Nulidade dos Seus Próprios Atos: A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

STF Súmula nº 473 - Administração Pública - Anulação ou Revogação dos Seus Próprios Atos: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

José Cretella Júnior leciona que "pelo princípio da autotutela administrativa, quem tem competência para gerar o ato, ou seu superior hierárquico, tem o poder-dever de anulá-lo, se houver vícios que os tornem ilegais".

O poder-dever da Administração Pública de rever seus próprios atos decorre exatamente da necessidade de resguardar o interesse público, revogando e anulando atos administrativos que, mesmo depois de praticados, se tornem lesivos aos interesses da administração.

Trata-se de expediente apto, então, a viabilizar o desfazimento da licitação e a suspensão da celebração de um futuro contrato com base em critérios de conveniência e oportunidade.

Entende o TCU:

"A licitação somente pode ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado." (Acórdão n.º 955/2011-Plenário, TC-001.223/2011-4, rel. Min. Raimundo Carreiro, 13.04.2011).

Corroborando com o exposto, o ilustre doutrinador Marçal Justen Filho (Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Dialética. 9ª Edição. São Paulo. 2002, p. 43) tece o seguinte comentário sobre revogação:

"A revogação consiste no desfazimento do ato porque reputado inconveniente e inadequado à satisfação do interesse público. A revogação se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público... Após, praticado o ato, a administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá então o desfazimento do ato anterior... Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato (...). Nesse sentido, a lei determina que a revogação dependerá da ocorrência de fato superveniente devidamente comprovado. Isso indica a inviabilização de renovação do mesmo juízo de conveniência exteriorizado anteriormente". (Grifo nosso)

Voltando ao debate do art. 49 da Lei 8.666/93, que possibilita o ato de desfazimento do certame, necessário enfatizar que referida norma prevê duas formas de fazê-la. A primeira é a revogação que deve operar quando constado a existência de fato superveniente lesivo ao interesse público. A segunda é a anulação que opera quando da existência de vício de legalidade (violação as normas legais).

No caso em debate, como já mencionado, a licitação obedeceu a todos os requisitos formais exigidos na lei para a modalidade, foi devidamente publicada, não sendo hipótese de vício de legalidade. Não há que se falar em anulação.

Todavia, evidente a existência de fato posterior relevante e prejudicial ao interesse público a justificar revogação, nos moldes da primeira parte do caput do art. 49 da Lei 8.666/93.

Revogação segundo Diógenes Gasparini "é o desfazimento da licitação acabada por motivos de conveniência e oportunidade (interesse público) superveniente - art. 49 da lei nº 8.666/93". Trata-se de um ato administrativo vinculado, embora assentada em motivos de conveniência e oportunidade.

Cabe aqui ressaltar que é necessária a ocorrência de fato superveniente e de motivação para que o procedimento da licitação seja revogado pautado no interesse público. Como de fato ocorreu nas justificativas apontadas pela pasta administrativa.

Diversamente do que ocorre com a anulação, que pode ser total ou parcial, não é possível a revogação de um simples ato do procedimento licitatório, como o julgamento, por exemplo. Ocorrendo motivo de interesse público que desaconselhe a contratação do objeto da licitação, é todo o procedimento que se revoga.



Referida lei 8.666/93, art. 49, § 3º, prevê ainda que no caso de desfazimento da licitação fica assegurado o contraditório e a ampla defesa, garantia essa que é dada somente ao vencedor, único com interesse na permanência desse ato, pois através dele pode chegar a executar o contrato.



Quanto à comunicação aos interessados para manifestação das contra razões que interessarem, assegurando-lhes o contraditório e ampla defesa, em cumprimento ao instituído nas normas do Art. 49, § 3º c/c art. 109, inciso I, alínea "c", da Lei nº 8.666/93. Dispõe o TCE/PR:

Revogação de licitação antes da adjudicação e homologação não enseja o contraditório. (Acórdão 1217/2019 TCE/PR Pleno)

Deste modo, o contraditório e ampla defesa previstos no art. 49, § 3º da Lei Federal 8.666/93, só teria necessidade caso a licitação já tivesse sido concluída, o que não ocorreu no presente caso.

O próprio poder judiciário (STJ) já decidiu sobre o assunto, nos seguintes termos:

"A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório. Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado. O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório." (STJ, RMS 23.402/PR, julgado em 18/3/2018).

Sobre o tema, o TCU já se posicionou através do Acórdão 111/2007 do Plenário:

"1. O juízo de conveniência e oportunidade a respeito da revogação da licitação é, pela sua própria natureza ato discricionário, privativo da autoridade administrativa que deve resguardar o interesse público.

2. A revogação de licitação em andamento com base em interesse público devidamente justificado não exige o estabelecimento do contraditório e ampla defesa, visto que não se concretizou o direito adquirido nem o ato jurídico perfeito, decorrente da adjudicação do objeto licitado".

No entanto a administração poderá conceder tal prazo recurso uma vez que há interessados ao processo, bem como já ocorrem julgamento de mérito em algumas fases processuais, como narrado na comunicação interna. Desse modo caberia o prazo do art.

109, I, "c" da Lei 8.666/93 c/c Art. 49, § 3º da Lei 8.666/93, com
intenção de revogação de licitação.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, opino pela possibilidade de revogação do
processo licitatório sob análise, por evidente interesse público,
consubstanciado na impossibilidade de atendimento a demanda que ora
se apresenta, tendo em vista a ocorrência de necessidade de
aquisição de uma demanda superior a licitada, e com isso, torna-se
inviável contratar por meio do processo em tese, uma vez que o mais
conveniente para esta Secretaria é a aquisição por meio de Registro
de Preços.

A Secretaria competente para tomar as providências
cabíveis.

É o Parecer. SMJ!

Crateús (CE), em 18 de junho de 2020.

Velluma Marques

VELLUMA LORHAINÉ FÁTIMA DA SILVA MARQUES

Assessora Jurídica do Município - OAB/CE N° 29.265
Prefeitura Municipal de Crateús



TERMO DE INTENÇÃO DE REVOGAÇÃO

Proc. Administrativo nº 005/2020-SESA.

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO nº. 005/2020-SESA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DIVERSOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CRATEÚS-CE.

Unidade Gestora: Secretarias de Saúde.

Município/UF: Crateús – Ceará.

Presente o Processo Administrativo, que consubstancia no PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2020-SESA, destinada a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DIVERSOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CRATEÚS-CE..

Inicialmente, cumpre-nos salientar que a Secretaria supra, autorizou o Pregoeiro do Município de Crateús, a realização de procedimento administrativo de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por ter realizado planejamento quanto à necessidade do objeto a ser licitado.

Ocorre que durante a tramitação processual, ou seja, após passada determinadas fases de julgamento, como classificação das propostas e fase de lances, surgiu a necessidade de aquisição de uma demanda superior a licitada, e com isso, torna-se inviável contratar por meio do processo em tese, uma vez que o mais conveniente para esta Secretaria é a aquisição por meio de Registro de Preços, visto que além de atender a demanda inicialmente planejada, ficarão ainda quantidades disponíveis para esta Unidade Gestora realizar aquisições conforme necessidades.

Nesse caso, a revogação, prevista no art. 49 da Lei de Licitações, constitui a forma adequada de desfazer o procedimento licitatório tendo em vista a superveniência de razões de interesse público que fazem com que o procedimento licitatório, inicialmente pretendido, não seja mais conveniente e oportuno para a Administração Pública. Conforme regra prevista na lei:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

O princípio da autotutela administrativa sempre foi observado no seio da Administração Pública, e está contemplado nas Súmulas nº 346 e 473 do STF, vazada nos seguintes termos:

*"A administração pode declarar a nulidade dos seus próprios atos".
(Súmula nº. 346 – STF)*

"A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por



motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em qualquer caso, a apreciação judicial".
(Súmula nº. 473 - STF)

Desta forma, a Administração Pública não pode se desvencilhar dos princípios que regem a sua atuação, principalmente no campo das contratações públicas, onde se deve buscar sempre a satisfação do interesse coletivo, obedecendo os princípios previstos no art.37 da Constituição Federal e no art. 3º da lei 8.666/93.

A aplicação da revogação fica reservada, portanto, para os casos em que a Administração, pela razão que for, perder o interesse no prosseguimento da licitação ou na celebração do contrato.

Oportuno citar fundamento previsto no art. 53 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, lei que rege o processo administrativo, vejamos:

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Trata-se de expediente apto, então, a viabilizar o desfazimento da licitação e a suspensão da celebração de um futuro contrato com base em critérios de conveniência e oportunidade.

Entende o TCU:

"A licitação somente pode ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado." (Acórdão n.º 955/2011-Plenário, TC-001.223/2011-4, rel. Min. Raimundo Carreiro, 13.04.2011).

Corroborando com o exposto, o ilustre doutrinador Marçal Justen Filho (Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Dialética. 9ª Edição. São Paulo. 2002, p. 438) tece o seguinte comentário sobre revogação:

"A revogação consiste no desfazimento do ato porque reputado inconveniente e inadequado à satisfação do interesse público. A revogação se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público... Após, praticado o ato, a administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá então o desfazimento do ato anterior... Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato (...). Nesse sentido, a lei determina que a revogação dependerá da ocorrência de fato superveniente devidamente comprovado. Isso indica a inviabilização de renovação do mesmo juízo de conveniência exteriorizado anteriormente".
(Grifo nosso)

Sendo assim, estando presentes todas as razões que impedem de pronto a continuação de tal procedimento, decide-se pela intenção de **REVOGAR** o Processo Administrativo



em epígrafe, na sua integralidade. Consequentemente todos os atos praticados durante sua tramitação.

Tendo em vista que há interessado no processo e com base no parecer jurídico referencial bem como ao que determina o **art. 109, I, "c"**, somos pela concessão de prazo para contraditório e ampla defesa que antecede a declaração de revogação. Vejamos:



Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - **recurso**, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

[...]

c) anulação ou revogação da licitação;

À Comissão de Licitação para publicação deste despacho e comunicação aos interessados para manifestação das contra razões que interessarem, assegurando-lhes o contraditório e ampla defesa, em cumprimento ao instituído nas normas do **Art. 49, § 3º c/c art. 109, inciso I, alínea "c", da Lei nº 8.666/93** e suas posteriores alterações.

Crateús/CE, 18 de junho de 2020.

THIAGO VIANA DA SILVA
ORDENADOR DE DESPESAS DA SEC. DE SAÚDE

FAVOR PUBLICAR,

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEÚS - AVISO DE INTENÇÃO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – A Prefeitura municipal de Crateús através da Secretaria de Saúde, comunica a **INTENÇÃO DE REVOGAÇÃO** do Processo na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICOS** nº 005/2020-SESA, destinada a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DIVERSOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CRATEÚS-CE. **Motivo:** razões de interesse público. **Fundamentação Legal:** art. 49 da lei 8.666/93. Fica concedido prazo para apresentação de recurso art. 109, I, "c". THIAGO VIANA DA SILVA, Ordenador de Despesas da Secretaria de Saúde. Crateús/Ce, 18 de junho de 2020.

